

## MINERAÇÃO

## Correio debaterá os novos caminhos do ouro

Após decisão do Supremo que acaba com a “presunção da boa-fé”, fiscalização de garimpos ficará mais acirrada, com foco na preservação das terras indígenas

» ROSANA HESSEL

A tragédia que se abateu sobre os ianomâmis evidenciou um problema do garimpo ilegal, cuja origem ocorreu no governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), colaborando para a expansão do garimpo ilegal do país, que ganhou ainda mais força no governo Jair Bolsonaro (PL). Coube ao Supremo Tribunal Federal (STF) corrigir esse problema.

No último dia 2, o plenário da Corte confirmou a decisão favorável ao relatório do ministro Gilmar Mendes, suspendendo “a presunção da boa-fé” no comércio de ouro, por unanimidade. Essa decisão vai transformar, de forma radical, a comercialização do ouro retirado pelos garimpos na Amazônia.

Nesse contexto, em meio ao crescimento da demanda por ouro no mundo, o **Correio**, em parceria com a Casa da Moeda do Brasil, vai realizar, no próximo dia 16, o seminário *Correio Debate: Caminhos do Ouro*, um seminário sobre os desafios, as soluções e para o mercado do metal precioso.

“A decisão do STF é bastante positiva, porque provoca uma resposta emergencial do Executivo nesse sentido. Antes, com o dispositivo da Lei 12.844/2013, as corretoras se isentavam de qualquer responsabilidade em relação à origem do ouro que elas comercializavam”, explicou Frederico Bedran, presidente da Comissão de Direito Minerário da Organização dos Advogados do Brasil do Distrito Federal (OAB-DF), um dos palestrantes confirmados para o seminário do **Correio**.

De acordo com ele, será importante debater que tipo de soluções e punições precisarão constar na MP do Ouro, pois apenas a exigência de nota fiscal eletrônica não será suficiente para regularizar esse mercado.

## Jabutí antigo

Vale lembrar que o garimpo ilegal no Brasil ganhou força com uma lei publicada na gestão da presidente petista, 12.844/2013, que trata de Plano Safra e vários temas e tem um artigo que criava a figura da “presunção da boa-fé”. Esse jabuti, que consta

Instituto Socioambiental



Garimpo ilegal ganhou força na gestão de Dilma Rousseff e foi agravado no governo de Jair Bolsonaro

Divulgação



**A decisão do STF é bastante positiva, porque provoca uma resposta emergencial do Executivo nesse sentido. Antes, com o dispositivo da Lei 12.844/2013, as corretoras se isentavam de qualquer responsabilidade em relação à origem do ouro que elas comercializavam”**

**Frederico Bedran, presidente da Comissão de Direito Minerário da OAB-DF**

no artigo 39 dessa regra, permitia ao comerciante de ouro informar apenas o local onde o metal havia sido extraído, possibilitando “esquentar” toneladas de ouro extraídas de forma ilegal de Terras Indígenas. “Naquela época, o governo imaginava que esse era o caminho, mas foi um equívoco”, reconhece Bedran, que estava no governo quando a lei foi aprovada.

Com o desaparecimento dos órgãos fiscalizadores na Amazônia durante o governo Jair Bolsonaro (PL), houve uma disparada do garimpo ilegal no país. Conforme dados do Instituto Escolhas, entre 2018 e 2021, a produção de ouro nos garimpos cresceu 158% enquanto a mineração industrial avançou 18% no mesmo período. Os dados do Instituto Escolhas mostram que na Terra Indígena Yanomami, a área de garimpos cresceu acima da média nacional: 329%, passando de 363 hectares, em 2018, para 1.557 hectares em 2021. A produção total de ouro no país somou 97.158 quilos, naquele ano, dado 35,4% superior ao registrado em 2018.

## Mudanças na comercialização

» VICTOR CORREIA

Além de referendar a liminar do ministro Gilmar Mendes, que suspendeu a “presunção de boa-fé” do comércio do ouro, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou um prazo ao governo federal para estabelecer novas regras para o setor. Conforme entendimento da Corte, o Executivo terá 90 dias para apresentar nova regulamentação de fiscalização no comércio do metal e impedir o garimpo ilegal, especialmente me áreas de proteção ambiental e nas terras indígenas.

O mecanismo protege compradores do metal de punições por adquirirem ouro extraído ilegalmente. Por exemplo, se uma empresa compra o minério e o vendedor alega que a origem é legal, mesmo se for provada irregularidade da extração no futuro, o comprador não pode ser punido. Segundo o governo federal, que investiga os esquemas de garimpo, criminosos se beneficiavam dessa regra para “esquentar” o produto, removendo indícios de ilegalidade.

Gilmar Mendes suspendeu a presunção de boa-fé no mês

Carlos Moura/SCO/STF



Plenário acompanhou, por unanimidade, decisão liminar de Gilmar Mendes

passado, e os outros nove magistrados referendaram a decisão, em sessão virtual que durou entre 21 de abril e 2 de maio. A Corte analisou duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs), ajuizadas pelo PSB, Rede e PV. Mendes, que relata as ações, considerou que a norma não condiz com o dever constitucional de proteção ao

meio ambiente, e argumentou que a simplificação do processo de compra venda fortalece o comércio ilegal.

O ministro também destacou que as ações dos partidos foram corroboradas pelo governo federal, em dados da Advocacia-Geral da União (AGU). “É preciso que esse consórcio espúrio, formado entre garimpo e organizações

criminosas, seja o quanto antes paralisado”, frisou.

## Medida provisória

O governo já trabalha em uma nova regulamentação para o comércio de ouro. O Ministério da Justiça e Segurança Pública finalizou uma Medida Provisória (MP) que endurece as regras para compra e venda, visando combater a extração ilegal. O texto já foi assinado pelo chefe da pasta, Flávio Dino, e aguarda aval da Fazenda e da Casa Civil, antes de ser assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Além de remover a presunção de boa-fé da legislação, a medida fortalece o controle feito pela Agência Nacional de Mineração (ANM) e prevê pena de apreensão e perdimento em caso do descumprimento das regras, bem como a possibilidade de punir todos os elos da cadeia o ouro, e não apenas quem realiza o garimpo ilegal na ponta. A MP passa a valer assim que for assinada por Lula e publicada no Diário Oficial da União (DOU), mas precisará ser aprovada pelo Congresso em um prazo de 120 dias para continuar a valer.

Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

## Tinder da política

O novo, velho escândalo envolvendo Jair Bolsonaro e as “criaturas do pântano” que o cercam, tomando por empréstimo a imagem do ex-ministro Paulo Guedes, revela mais um pouco as entranhas da sordidez fardada e civil do golpismo com digital miliciana de que estivemos tão próximos. Mas, por maiores os seus crimes, os riscos se equiparam aos derivados da economia sem tração para crescer e sem ideias inovadoras.

As urnas não reelegeram um presidente despreparado, mas elegeram uma maioria de deputados e senadores de centro-direita, fizeram o partido de Bolsonaro, o PL, o de maior representação na Câmara. E deram à nova gestão do Executivo a oportunidade de conduzir com maior eficácia a linha fiscalista e liberal financista deturpada pelo populismo eleitoral do antecessor ou propor uma política econômica pautada pelo crescimento.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi rápido na remontagem de áreas abandonadas com fins até criminosos. A ambiguidade da política econômica, contudo, tem sido o pé de apoio fraturado.

O governo critica, em tom duro, a irrazoável ortodoxia do Banco Central (BC) na pilotagem da taxa de juro de curto prazo. Mas, em vez de questionar as razões ditas técnicas do BC para manter desde agosto do ano passado a Selic congelada em 13,75%, a equipe econômica procura um nexos fiscalista para angariar a boa vontade dos fundamentalistas do mercado financeiro.

A ser esse o caminho, encontraria menos contrariedade se mimetizasse a escalção econômica de 2003, quando os quadros-chaves foram ocupados por economistas sem relação com o PT e de confiança dos traders do mercado. Não dá é prometer investimento público, antecipar o 13º de aposentados do INSS para dar um up no consumo, enquanto a razão do arrocho monetário é asfixiar a demanda e o emprego para desinflacionar os preços.

Um quadro assim, convenhamos, não favorece o governo no “Tinder” da política.

## Brazillywood de fariimers

Com o ano entrando no quinto mês sem razões convincentes para se avistar crescimento maiúsculo, em grande parte pelo receio do governo de peitar a análise mainstream de que estamos à beira do “precipício fiscal”, conforme a ficção de terror do *Brazillywood dos fariimers*, dois fatos se impõem. O primeiro é claro: falta maioria parlamentar, sobretudo na Câmara, e dificilmente a terá só ofertando benesses.

Desde que as emendas parlamentares se tornaram impositivas, a partir do governo Temer, adicionadas aos fundos partidário e eleitoral, não há muitos atrativos ao governante para aliciar uma frente de apoio.

Nem o empresariado, afastadas as doações privadas a partidos, tem a entrada franqueada como no passado. Já não é apenas uma relação de troca por cargos e recursos o que move, por exemplo, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), mas a ambição de dividir a tomada de decisões.

O Senado parece menos invasivo, embora seja provável que o tom morno de seu presidente, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), tenha levado os senadores a dar a Lira um mandato informal para negociar um arranjo que, a rigor, não é estranho a Lula. Em seus dois governos, ele teve centristas como negociadores políticos, e no BC, então sem autonomia formal, Henrique Meirelles ficou oito anos com ampla liberdade operacional.

Menos evidente para um governo com presidente forte e apoio político fraco é que partilha com o Congresso um projeto econômico inovador ou será refém de interesses com trânsito entre deputados e senadores, como os que bancam a soberberia de Roberto Campos Neto à frente do BC.

## Novos tempos

Só que os tempos mudaram e outra concepção precisa ser formulada. A única franquia programática efetivamente livre e necessária na praça das ideias no país é a do Estado facilitador do desenvolvimento. Isso nada tem a ver com estatização.

As economias desenvolvidas tendem, desde o crash de 2008, a buscar nos governos — isto é, nas estruturas permanentes do Estado — o impulso que a “mão livre” do mercado se mostrou incapaz de endereçar. E nem havia como fazer diferente frente à avassaladora progressão da concorrência das nações asiáticas, que voltaram-se ao que, por ironia, aprenderam com o keynesianismo que fez os Estados Unidos serem a potência número 1 do mundo, hoje desafiada pela China.

O Fundo Monetário Internacional estima em 67% a contribuição da Ásia para o crescimento do PIB global este ano. É apresentada no mesmo estudo do FMI como “a região mais resiliente e dinâmica do mundo”. Essa é a agenda para Lula e o empresariado terem com os líderes do Congresso, limitados à vetocracia dos fiscalistas de plantão.

Nenhum país populoso e com território com dimensão continental está tão atrasado na corrida desenvolvimentista como o Brasil. E será pior quanto mais nos desviemos dos temas centrais.

O relatório anual da Agência Internacional de Energia sobre o status da transformação do motor carburante para bateria diz que os veículos elétricos (VEs) aumentaram sua participação no mercado geral no mundo de 4%, em 2020, para 14%, em 2022, devendo atingir 18% este ano e passar de 60% até 2030. A implicação, segundo a IEA: “Pelo menos 5 milhões de barris por dia de petróleo”, fora gás, deixarão de ser consumidos, marcando o início do fim da era dos combustíveis fósseis. Bom para o meio ambiente, mau para economias dependentes de petróleo que não se prepararam a tempo. A produção brasileira é de 3 milhões/dia de barris e vem crescendo.

Decisões cruciais como esta envolvem governo, parlamento, empresas e sociedade. Exigem tratar subvenções oficiais como questões de Estado, não só como ônus, pois, se bem formuladas, viram alavanca de negócios privados.

Essa é a agenda para pôr na mesma mesa os centristas do Congresso e Lula, com o empresariado como parte integral.